

# **TRABALHO DE CUIDADO OU CUIDADO DO TRABALHO? CONTRADIÇÕES DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO**

## **1 INTRODUÇÃO**

O trabalho de cuidar das pessoas é uma parte fundamental da nossa vida em sociedade, mas, ao longo da história, muitas vezes ele passou despercebido ou foi visto como algo natural. Dentro das famílias, esse cuidado sempre esteve ligado às responsabilidades das mulheres, carregando valores morais que associam o ato de cuidar ao altruísmo e à maternidade. Essa visão reforçou a dupla jornada de trabalho e acabou restringindo a autonomia das mulheres (Guedes; Daros, 2009). Esse processo fortaleceu a ideia de que os homens ficam com a parte do trabalho que gera dinheiro e reconhecimento, enquanto as mulheres ficam com as tarefas de cuidar da casa e da família, muitas vezes sem receber reconhecimento ou remuneração, ficando invisíveis e dependentes financeiramente (MPT, 2024).

No Brasil, cuidar de alguém sempre foi visto, de forma tradicional, como uma responsabilidade da família, especialmente das mulheres. Essa tarefa, que normalmente não é paga, é fundamental para manter a vida e a sociedade funcionando (Ribeiro, 2019). Essa ideia de que cuidar é algo natural para as mulheres acaba reforçando as desigualdades de gênero. Além disso, essa situação está ligada às diferenças de classe e raça, já que quem costuma exercer esse trabalho de cuidado são principalmente mulheres negras, pobres e migrantes, muitas vezes enfrentando condições difíceis e pouco reconhecimento social (Hirata, 2016).

As mudanças recentes, impulsionadas pelo aumento da população idosa, pela ampla participação das mulheres no mercado de trabalho e pelos movimentos migratórios, transformaram o cuidado em uma mercadoria, mas não conseguiram eliminar sua desvalorização ao longo da história. Assim, observa-se a convivência de diferentes circuitos, como o cuidado profissional, o cuidado considerado uma obrigação e o cuidado entendido como um favor, que expõem hierarquias e disputas simbólicas sobre o que é ou não validado como trabalho (Guimarães; Vieira, 2020).

A literatura feminista e crítica ao capitalismo indica que a desnaturalização do cuidado é essencial para entender como ele conecta as esferas pública e privada, perpetua desigualdades e, ao mesmo tempo, sustenta a economia. Inserir-lo no cerne do debate político e acadêmico implica admitir que é um direito e um bem coletivo, demandando políticas públicas que possam redistribuir responsabilidades entre Estado, mercado, comunidade e famílias. (Sorj, 2013).

Portanto, considerar o cuidado como um trabalho, em vez de apenas uma prática moral ou dever privado, é essencial para reconhecer seu valor, combater as desigualdades que o afetam e repensar a noção de cidadania social.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

O debate acerca do trabalho de cuidado tem ganhado força nas ciências sociais, especialmente em decorrência da crítica feminista, que questionou sua invisibilidade e naturalização. Por séculos, o cuidado foi entendido como uma extensão da feminilidade, apoiado por valores morais que legitimaram sua ligação quase exclusiva às mulheres, como se

fosse intrínseco à sua natureza (Guedes; Daros, 2009). Essa estrutura estabeleceu um sistema de desigualdade fundamentado na divisão sexual do trabalho, atribuindo às mulheres o domínio do cuidado e aos homens o campo produtivo, intensificando o confinamento feminino e a alienação social (MPT, 2024).

As pesquisas indicam que essa naturalização vai além do aspecto simbólico e molda práticas materiais e institucionais. Historicamente, no Brasil, o cuidado foi visto como uma obrigação familiar, recaindo principalmente sobre as mulheres, especialmente as mais pobres, negras e periféricas, o que resultou na reprodução de profundas desigualdades (Ribeiro, 2019). A atribuição da responsabilidade pelo cuidado às mulheres não só contribui para a continuidade da vida, mas também beneficia a acumulação capitalista ao liberar a mão de obra masculina e reduzir os custos sociais de reprodução (Federici, 2019; MPT, 2024).

A mercantilização parcial do cuidado foi impulsionada por mudanças demográficas e econômicas recentes, como o envelhecimento da população, a entrada das mulheres no mercado de trabalho e os padrões migratórios. Esse processo trouxe novas categorias profissionais, porém não acabou com a desvalorização histórica. O cuidado remunerado continua sendo precário, mal remunerado e predominantemente realizado por mulheres, conforme demonstram estudos comparativos entre Brasil, França e Japão (Hirata, 2016; Hirata, 2020). Como resultado, a configuração mantém o cuidado em uma posição inferior na hierarquia do trabalho, marcada pelas interseccionalidades de gênero, classe e raça.

Autores como Guimarães e Vieira (2020) defendem que entender o cuidado exige ir além da perspectiva limitada de uma profissão ou dever familiar. Os chamados circuitos de cuidado, que englobam a profissão, a obrigação e a assistência, destacam a diversidade de significados atribuídos ao cuidar, que varia conforme o contexto social e a posição dos indivíduos. No entanto, em todos os casos, esses sentidos estão ligados à desvalorização (Guimarães; Vieira, 2020).

O cuidado abrange aspectos subjetivos, corporais e sexuais, que muitas vezes são silenciados, mas são essenciais para compreender sua complexidade e os desafios enfrentados pelas cuidadoras (Hirata, 2016). Não é apenas um conjunto de práticas materiais, mas também relações emocionais, afetivas e simbólicas que dificultam ainda mais o reconhecimento social e político desse trabalho.

Estudos sobre políticas públicas sugerem que a transferência do cuidado do espaço doméstico para instituições públicas e privadas, processo que se intensificou a partir da metade do século XX, foi fomentada pelas lutas feministas. Essas lutas desafiaram a concepção tradicional que restringia o cuidado às mulheres e ao lar. Essa mudança colocou o cuidado no âmbito da cidadania e das necessidades sociais, expandindo sua posição para além do espaço privado (Sorj, 2013). Ainda assim, o Estado permanece como ator insuficiente, transferindo responsabilidades para o mercado e para as famílias, o que perpetua as desigualdades.

O estado da arte aponta, portanto, um ponto de convergência importante: o cuidado é fundamental para a reprodução social e econômica, mas permanece invisível e desvalorizado. Ele sintetiza de maneira profunda as interseccionalidades de gênero, classe e raça, além de evidenciar as limitações das políticas públicas na repartição de responsabilidades e no reconhecimento do trabalho de cuidado. Recolocar essa temática no centro da análise sociológica vai além de uma simples tarefa acadêmica. Trata-se de uma demanda política para enfrentar a lógica patriarcal e capitalista que perpetua sua exploração.

### **3 DISCUSSÃO**

O trabalho de cuidado evidencia um paradoxo fundamental: ele é essencial para a reprodução da vida e para a estruturação da sociedade, porém permanece à margem nos sistemas de reconhecimento econômico e simbólico. Essa contradição evidencia tanto a continuidade de uma herança patriarcal quanto as limitações das políticas públicas e da lógica de mercado em reconhecer sua importância. A hierarquia que liga as mulheres à responsabilidade de zelar pelo bem-estar da família e da comunidade foi fortalecida pela naturalização do cuidado como uma característica feminina. Essa ideia fez com que o cuidado deixasse de ser considerado um trabalho e passasse a ser visto como uma obrigação moral e uma manifestação de afeto. Como resultado, as mulheres se tornam alienadas, pois, mesmo quando estão no mercado de trabalho formal, enfrentam a dupla jornada e continuam sujeitas à precarização (Guedes; Daros, 2009).

A lógica não foi rompida pela mercantilização do cuidado, que se intensificou com o envelhecimento da população e a entrada das mulheres no mercado de trabalho remunerado. Profissões relacionadas ao cuidado, como cuidadoras domiciliares e profissionais em instituições de longa permanência, continuam com salários baixos e prestígio social reduzido. A concentração de mulheres negras, pobres e migrantes nesse setor acentua essa desvalorização, evidenciando a interconexão entre gênero, classe e raça como elementos fundamentais da desigualdade (Hirata, 2016a; Hirata, 2016b).

A pluralidade de significados associados ao ato de cuidar é outro ponto importante. Quando percebido como profissão, dever ou assistência, o cuidado adquire características diferentes que determinam quem é considerado cuidador, em que circunstâncias realiza sua função e quais modalidades de compensação recebe. De acordo com Guimarães e Vieira (2020), esses circuitos demonstram fronteiras simbólicas e materiais que estabelecem uma hierarquia no cuidado e intensificam exclusões (Guimarães; Vieira, 2020).

As arenas de cuidado evidenciam a maneira desigual pela qual Estado, mercado, família e comunidade dividem responsabilidades. No Brasil, o ônus recai principalmente sobre as famílias, e dentro delas, sobre as mulheres. As políticas públicas têm se revelado inadequadas para equilibrar essa carga, mantendo o conflito entre o trabalho produtivo e reprodutivo e limitando a plena cidadania das mulheres (Sorj, 2013).

No entanto, houve uma mudança recente na discussão, que coloca o cuidado no âmbito dos direitos humanos. Significa transferir essa atividade do espaço privado para o espaço coletivo. Essa visão demanda políticas que retribuem responsabilidades e assegurem condições dignas para quem cuida, além de garantir que todos tenham acesso ao cuidado como parte da cidadania (BRASIL, 2024).

Falar sobre cuidado é, por consequência, falar sobre o tipo de sociedade que se quer criar. Reconhecer o trabalho de cuidado significa desconstruir sua ligação exclusiva com as mulheres, combater a precarização que afeta grupos vulneráveis e reestruturar as políticas públicas para que o cuidado seja considerado um bem coletivo. Esse debate desafia os limites do capitalismo atual, que se aproveita da exploração do cuidado ao mesmo tempo em que transfere seus custos, questionando sua habilidade de preservar a vida em meio à crescente desigualdade e mercantilização.

### **4 CONCLUSÃO**

O trabalho de cuidado é fundamental para a vida social, mas ainda enfrenta um paradoxo. Enquanto isso, continua invisível e desvalorizado, mesmo sustentando a reprodução da vida, o bem-estar coletivo e a dinâmica do sistema econômico. A naturalização histórica que associa o cuidado às mulheres perpetua as desigualdades de gênero, classe e raça, transformando o cuidado em uma obrigação moral e desconsiderando sua natureza de trabalho. Esse mecanismo assegura a persistência da divisão sexual do trabalho e preserva a estrutura patriarcal que organiza a sociedade.

A mercantilização do cuidado não levou à uma ruptura desse padrão. Ao ser inserido no mercado, o cuidado é convertido em uma atividade precária, mal paga e de baixo prestígio, predominantemente realizada por mulheres negras, pobres e migrantes. Em vez de universalizar direitos ou promover reconhecimento, essa dinâmica intensifica as hierarquias sociais e confirma que as vidas de quem cuida são consideradas descartáveis.

A diversidade de significados associados ao cuidar, seja como profissão, dever ou assistência, evidencia as limitações da maneira como a sociedade valoriza esse trabalho. Nota-se a criação de fronteiras simbólicas e materiais que definem quem pode ser considerado cuidador, em que circunstâncias desempenha a função e qual compensação receberá. Essa divisão ajuda a perpetuar as exclusões e impede que o cuidado seja visto como um direito e um trabalho digno.

As arenas de cuidado evidenciam que a responsabilidade é compartilhada de forma significativamente desequilibrada entre Estado, mercado, família e comunidade. No Brasil, o Estado abdica de sua função estruturante e transfere a maior parte do peso às famílias. Em seu interior, as mulheres assumem a maior parte da carga, o que perpetua a contradição entre trabalho produtivo e reprodutivo e limita sua participação plena na sociedade e na política. Essa negligência expõe um modelo de sociedade que se aproveita da exploração discreta e imperceptível do cuidado, sem proporcionar compensações ou reconhecimento.

Um passo essencial para quebrar esse ciclo é reconhecer o cuidado como um direito humano. Isso implica em tirar o assunto do contexto privado e abordá-lo como uma responsabilidade compartilhada, que precisa ser apoiada por políticas públicas, reconhecimento econômico e valorização simbólica. Além de corrigir falhas no sistema, é necessário repensar a forma como a vida social e econômica é organizada.

Logo, falar sobre cuidado é falar sobre o futuro da sociedade. A falta de visibilidade desse trabalho não é um aspecto secundário, mas um dos pilares das desigualdades que caracterizam o capitalismo atual. Valorizar quem cuida, redistribuir responsabilidades e reconhecer o cuidado como um bem coletivo constituem uma disputa política fundamental: a chance de criar uma sociedade que priorize a vida em vez da lógica de exploração e mercantilização.

## **REFERÊNCIAS**

BRASIL. Ministério Público do Trabalho. **Trabalho de cuidado e desigualdade de gênero**. Brasília: MPT, 2024.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. São Paulo: Elefante, 2019.

GUEDES, Moema; DAROS, Maria. **Trabalho e gênero: debates e reflexões**. Florianópolis: EdUFSC, 2009.

GUIMARÃES, Nadya Araujo; VIEIRA, Priscila. **Circuitos do cuidado: dimensões e significados**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 35, n. 104, 2020.

HIRATA, Helena. **Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais**. Tempo Social, São Paulo, v. 28, n. 2, p. 61-73, 2016.

HIRATA, Helena. **O cuidado em perspectiva comparada: Brasil, França e Japão**. Cadernos Pagu, Campinas, n. 58, e205801, 2020.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SORJ, Bila. **O cuidado como questão pública e política**. Cadernos Pagu, Campinas, n. 41, p. 59-78, 2013.